

atlas

Décima Edição

Atualizada com a Lei nº 13.019/14 e com a nova Lei dos Portos

Maria Sylvia Zanella Di Pietro

PARCERIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Concessão, Permissão, Franquia,
Terceirização, Parceria Público-Privada
e Outras Formas



Resumo de Parcerias na Administração Pública

O tema da parceria é tratado a partir do instituto da privatização, em cujo bojo e sob cujo fundamento se inserem as várias inovações trazidas para o mundo do direito, em especial o Direito Administrativo.

São analisadas algumas das principais modalidades de parceria entre os setores público e privado, como a concessão de serviço público tradicional, a permissão de serviço público, as duas modalidades de parceria público-privada (concessão patrocinada e concessão administrativa), a franquias, a terceirização, o contrato de gestão, os termos de parceria, os convênios, e agora, com a promulgação da Lei nº 13.019, de 31-7-14, os termos de colaboração e os termos de fomento, procurando mostrar quais as modalidades cabíveis em função do tipo de parceria com o particular.

São analisadas ainda algumas formas de parceria que ficam na zona fronteira do direito, à medida que se revestem de aparência de legalidade para ocultar a real intenção de fugir ao regime jurídico de direito público a que estariam sujeitas.

Esta edição atualiza a legislação citada no livro e, no Capítulo 12, analisa a Lei nº 13.019/14, sobre parcerias com as chamadas organizações da sociedade civil. E inclui dois novos textos entre os Apêndices, um sobre a nova lei de portos e outro sobre o papel dos Tribunais de Contas no controle dos contratos administrativos.

Na atualização desta edição, além da revisão geral da obra, foi comentada, no Capítulo 12, a Lei nº 13.019, de 31-7-14.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)